



ATA DA 323ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 No dia trinta e um de outubro de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, no auditório da
3 Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, teve início à 323ª Reunião Conjunta entre o
4 Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos -
5 CONERH, representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas e Comissão Estadual GERCO - Projeto
6 Orla, conduzida pelos conselheiros Júlio Rocha e Eduardo Mattedi Furquim Werneck, Secretários
7 Executivo, representantes da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA. Estiveram presentes pelo
8 CEPRAM, os conselheiros: Elbamair Conceição Matos representante da Associação Amigos do
9 Engenho - AAMEN; Irundi Edelweiss representante da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do
10 Estado da Bahia - FIEB; Isabel Ligeiro representante do Instituto de Defesa, Estudos e Integração
11 Ambiental - IDEIA; João Lopes de Araújo representante da AIBA; Josemário Martins da Silva
12 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré; Kennedy Tavares representante da
13 Fundação Terra Mirim; José Roberto Celestino representante do Sindicato de Nacional das Empresas
14 de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO; Laelson Dourado representante da Secretaria
15 da Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Letícia Nobre representante da Secretaria da Saúde; Luis
16 Ricardo Montagna representante da Associação Cultura Arte e Ecologia - ASCAE; Luiz Fernando
17 Galvão representante da SINDIBRITA; Pablo Villanueva representante da entidade ambientalista Rosa
18 dos Ventos; Marcelo Miranda representante da Associação Profissional de Engenheiros Florestais do
19 Estado da Bahia - APEFEBA. Juliana Freitas, Eliuda Soares, Jader da Silva e Kitty Tavares
20 representantes da Secretaria Executiva do CEPRAM; Silvio Orrico representante do Instituto do Meio
21 Ambiente - IMA. Pelo CONERH os conselheiros: Leib Carteador dos Santos, representante do Instituto
22 de Gestão da Águas - INGÁ; Antônio Alberto Machado Valença, SEPLAN; Lorene Louise Silva Pinto e
23 Ita de Cácia Aguiar Cunha, SESAB; Paulo Pontes da Silva, SECTI; Antonio Olavo Fraga Lima, SEDUR;
24 Ary da Mata e Souza, ANAMMA; Evilásio da Silva Fraga, Agropolo Morro do Sobrado; Leila Márcia
25 Souza Oliveira, Bahia Florestal; Mário Reis Mendonça, FIEB; Sérgio Almeida Bastos, COFIC; Alberto
26 Nunes Vaz da Silva, PROCIA; Luiz Fernando Galvão de Almeida, Pedreira Valéria; Willys Nunes, Fundo
27 de Pasto Canaã; Luis Mário Gentil, CREA/BA; além de convidados. Constaram em pauta: abertura da
28 sessão; apresentação referente ao Zoneamento Ecológico Econômico, O Plano Estadual de Recursos
29 Hídricos e o Programa de Gerenciamento Costeiro - GERCO; informes: divulgação do teor dos ofícios
30 044 e 045/08; apresentação do cronograma de execução de implantação da passarela sobre a Av.
31 Luis Viana Filho (CONDER); apreciação das Atas da 4ª Extraordinária e 322ª reunião ordinária; Relato
32 de Processos: Adiados, diligenciado e novo; O que ocorrer. O conselheiro Eduardo Mattedi
33 cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental, a sessão foi aberta, e passou a condução da
34 reunião ao secretário Executivo do CONERH, Julio Rocha que agradeceu a deferência do presidente
35 em exercício e parabenizou os integrantes de ambos os Conselhos; retratou o esforço do presidente e
36 Secretário do Meio Ambiente no sentido de agregar e articular o Sistema Estadual de Meio Ambiente
37 - SISEMA, no âmbito do meio ambiente; disse que tanto o CEPRAM quanto o CONERH consistiam de
38 instalação de *quorum* regimental; fez referências as apresentações constadas em pauta; ressaltou
39 que o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE tinha como objetivos qualificar o licenciamento
40 ambiental, a outorga de direito de água, os Planos de Bacias Hidrográficas e Gerenciamento Costeiro;
41 declarou aberta a sessão conjunta; convidou o Profº Bruno para falar sobre o estado da arte do Plano
42 Estadual de Recursos Hídricos. O Profº Bruno falou que a primeira versão do plano foi elaborada em
43 2004; retratou a garantia das leis e seus instrumentos tratados dentro da política desse plano;
44 enfatizou que os planos de bacias estabelecem prioridades; registrou que o Estado deu uma
45 ordenação conjunta de todo esse processo; disse que visava definir diretrizes da política de governo,
46 e esse plano deverá ser reavaliado periodicamente; falou que foi feito um estudo bastante complexo
47 das necessidades para revisão desse plano, registrou que o sistema estadual de gestão tem a
48 participação de comitê de bacias precisando ser reajustado a essa realidade, e deve ser discutido com
49 a sociedade, inclusive propor ações na área de saneamento; falou das etapas de decisão dos
50 trabalhos para montagem desse plano, a saber: definição da base territorial; identificação dos
51 serviços; discussão do cenário para revisão proposta para os recursos hídricos; análise da equipe de
52 técnicos do INGÁ; necessidade de revisão territorial, por fim, informou que se prevêem em novembro
53 algumas ações em andamento. O conselheiro Julio Rocha fez referência ao artigo 7, da Lei nº
54 9.433/97, que estabelece a política das águas e citou-a; ressaltou que não se tratava de um novo
55 plano e sim uma revisão do existente; falou que o objetivo desse plano era possibilitar a criação de
56 metas; pontuou alguns desafios propostos para sua execução; registrou que a Casa Civil remeterá à
57 Assembléia o Projeto de alteração da Lei nº 10.432, e um dos capítulos a ser contemplado será a
58 questão das águas subterrâneas, ou seja, tratar do Plano Estadual de Recursos Hídricos será
59 contemplar qual o prognóstico e os programas que deverão ser incluídos para gerenciar os
60 instrumentos da política. O conselheiro Antonio Olavo Fraga Lima fez algumas colocações, a saber:

61 esgoto em mais de 200 cidades; o semi-árido com relação ao consumo de água pública; ressaltou
62 que seja considerado o espaço para a grande questão estratégica que o Estado precisa enfrentar. O
63 conselheiro Evilásio Fraga chamou a atenção com relação ao destino dos recursos que deverão ser
64 utilizados para os planos de bacias, para que não caia no fundo do Estado. O conselheiro Julio Rocha
65 informou que estão em processo de licitação os planos de bacias do Paraguaçu, Recôncavo Norte,
66 Sauípe e Verde Jacaré; registrou que se prevêem até o final de 2009, todos os planos de bacias
67 estejam licitados; por fim, destacou as propostas para criação de áreas sujeitas a restrição de uso
68 com vistas à proteção de recursos hídricos. Em seguida, o conselheiro Mattedi explanou sobre a
69 situação atual do ZEE, denominando de movimento cíclico que reúne todas as informações
70 existentes; disse que a Secretaria do Planejamento - SEPLAN estava fazendo um esforço muito
71 grande para avançar na base cartográfica necessária e adequada; registrou que o Estado identificou
72 uma série de dados, mas que não geravam informações por falta de ordenações; falou que a SEPLAN
73 em articulação com o ZEE identificou os planos mestres que vão gerar os planos de desenvolvimento
74 sustentável dos territórios de identidade do Estado. Passou a palavra a Sra. Fátima Vinhas
75 coordenadora do Programa de Gerenciamento Costeiro - GERCO que falou da relação desse programa
76 com todas as questões que estavam sendo discutidos; registrou que a Comissão de
77 Acompanhamento do Plano de Gestão integrado do Projeto Orla Marítima era uma das ações desse
78 programa que terá como objetivo orientar o processo de fortalecimento da gestão costeira de forma
79 integrada e participativa; explicou que o programa não licencia e nem fiscaliza, seu papel principal
80 será trabalhar o fortalecimento da gestão do Estado e dos municípios, atualmente são 53; registrou
81 que de 1990 a 2000 foi feito estudos da área Litoral Norte/Salvador e Litoral Sul; de 2001 a 2007 foi
82 avaliado esses estudos e realizado novos estudos complementares, para que desse suporte a todas
83 as ações do Litoral Norte; de 2004 a 2008 foi feito o Projeto Orla de integração; foi sinalizado o
84 suporte do Ministério do Meio Ambiente - MMA para apoiar esses trabalhos. Informou que os mapas
85 georreferenciados estão disponíveis no Instituto do Meio Ambiente - IMA, para quem tiver interesse
86 em adquiri-lo deve solicitar através do endereço eletrônico: gerco.bahia@sema.ba.gov.br. Foi dado
87 espaço para o plenário fazer suas manifestações. O conselheiro Luiz Galvão comentou sobre a
88 interligação das atividades de maricultura e carcinicultura com a atuação da Bahia Pesca. Fátima
89 Vinhas disse que com relação às demandas e recomendações para essas atividades havia uma
90 solicitação para que os Termos de Referência, os estudos de impacto ambiental estudem a questão
91 da dinâmica da zona costeira, das correntes de marés e registrou que não identificou nos Estudos de
92 Impacto Ambiental - EIA/RIMA elementos que contemplem esses estudos. A conselheira Lorene
93 Louise questionou de que forma foram utilizados esses instrumentos pelos municípios ao longo
94 desses anos. A conselheira Letícia Nobre questionou se havia previsão de incorporar a atividade
95 extrativista ao programa de Gerenciamento Costeiro e como ficariam os empreendimentos turísticos
96 ecológico, bem como pequenos empreendimentos se estariam contemplados nesse plano. A
97 conselheira Isabel Ligeiro questionou como se materializaria o apoio do GERCO com a demanda dos
98 municípios. Fátima Vinhas respondeu que estava sendo feitos trabalho de sensibilização e mobilização
99 com as comunidades; com relação às ações no Baixo Sul; disse que recebeu solicitação dos
100 municípios de Ituberá e Cairu, nesse caso o programa buscaria articular as demandas e necessidades
101 junto a outros órgãos; informou que foi viabilizado recurso junto aos Ministérios da Cidade e Turismo,
102 com o apoio do Ministério do Meio Ambiente para atender a esses municípios. A conselheira Leila
103 Oliveira solicitou informações sobre o Plano Estadual de Meio Ambiente e sugeriu que o CONERH
104 participasse das discussões sobre esse assunto juntamente com o CEPRAM. Kitty Tavares informou
105 que se prevê para 2009 iniciar o processo de elaboração desse Plano. O conselheiro Josemário
106 Martins questionou e propôs que o Estado adotasse uma política de pagamento dos serviços
107 ambientais; foi sugerido que a Licença de Localização concedida ao Hospital do Subúrbio fosse
108 transformada em Licença de Implantação pelas mesmas características da área que possibilitava essa
109 implantação. O conselheiro Julio Rocha informou que o CONERH terá como tema em pauta: programa
110 para produtores da água e que o Governo propôs a elaboração de um projeto com objetivo de
111 remunerar os serviços ambientais de pequenos produtores que protegem nascentes na área das
112 águas e mata ciliar. Kitty Tavares falou da continuidade do Seminário Governança para a
113 Sustentabilidade; disse que a próxima etapa será realizada no dia 26 de novembro; reforçou a
114 importância do acompanhamento da política pública, a questão da transparência e a garantia da
115 gestão participativa e da responsabilidade do governo; agradeceu a todos representantes dos
116 Conselhos presentes na manhã desta reunião conjunta; registrou que estão pendentes para
117 deliberação no CEPRAM sob diligência as propostas de Resoluções para revisão e alteração da
118 Resolução que define procedimentos para Anuência Prévia, Parque Sete Passagens e Gestão
119 Ambiental Compartilhada, bem como a de reestruturar as Câmaras Técnicas. O conselheiro Luiz
120 Galvão em nome dos integrantes deste Conselho parabenizou a Secretaria Executiva pela
121 organização do Seminário Governança para a Sustentabilidade, o esforço e empenho de Kitty Tavares
122 as atividades de Oficinas. O conselheiro Julio Rocha agradeceu a participação de todos e ressaltou
123 que oportunamente serão realizadas reuniões conjuntas dos dois Conselhos e a prioridade da pauta

124 será o tema Enquadramento combinado com as ações dos dois sistemas. No turno vespertino o
125 conselheiro Mattedi declarou aberta a sessão 323ª Reunião Ordinária do CEPRAM e parabenizou os
126 conselheiros que participaram das atividades do Seminário ocorrido nos dias 30 e 31; informou sobre
127 os ofícios recebidos do Ministério Público Estadual de Eunápolis, Promotor João Alves da Silva Neto
128 requerendo o cumprimento da Resolução nº 1239 de 1996 e da Recomendação nº 108 que chamam
129 atenção dos condicionantes aplicados para o licenciamento da empresa VERACEL; fez outras
130 observações destacando a necessidade de maior fiscalização do IMA na questão da monocultura de
131 Eucalipto na região, sobretudo a VERACEL. O conselheiro Mattedi informou que estava marcada uma
132 reunião com o presidente deste Conselho e o Ministério para discutir essas questões, nos dias 12 de
133 novembro, 14h30, no Gabinete da SEMA e solicitou a presença de dois representantes do CEPRAM.
134 Os conselheiros Aurinézio Calheira e Isabel Ligeiro manifestaram interesse em participar. Passou para
135 a apresentação dos representantes da CONDER, Lívia Gabrielli Diretora de Planejamento, Mara
136 Castanho Gerente de Projetos Especiais e Luiz Antonio Almeida da SUDESB. A Sra. Lívia Gabriele
137 esclareceu um pouco sobre as competências do projeto para construção e implantação de uma
138 passarela entre a Av. Luiz Viana Filho e o Estádio de Pituauçu; registrou que as providências que serão
139 tomadas para solucionar as questões de proteção e segurança para o fluxo viário e de pedestre são
140 resultados de uma articulação interinstitucional que envolve Estado e Municípios; informou que o
141 prazo previsto para execução do cronograma de implantação da passarela era de 180 (cento e
142 oitenta) dias; falou dos vários segmentos que estão envolvidos para esse projeto; informou que a
143 CONDER dispunha de um Plano de Operação elaborado pela SUDESB; registrou que foi realizado um
144 estudo de acessibilidade de impacto de tráfego. O conselheiro Mattedi manifestou preocupações em
145 comunhão com os demais integrantes do Conselho, em relação à situação externada por todos para
146 as medidas que deverão ser adotadas e ações alternativas enquanto a passarela não for implantada.
147 A Sra. Lívia Gabrielli solicitou mais um prazo, para reunir todos envolvidos com intenção de concluir a
148 elaboração do cronograma e apresentar ao Colegiado. O conselheiro Roberto Celestino enfatizou que
149 as articulações previstas para operacionalizar o estádio deverão ser contempladas na concessão da
150 Licença de Operação. Por fim, o plenário decidiu Avocar a Licença de Operação desse projeto. A
151 conselheira Letícia Nobre solicitou que fosse apresentada uma proposta alternativa temporária
152 enquanto não for implantada a Passarela. O conselheiro Iglesias Brasil fez observação quanto à
153 capacidade de fluxo na Passarela. O conselheiro Mattedi comentou sobre a revisão das Leis e a
154 reforma administrativa nº 11.050, bem como o Decreto nº 11.235 que regulamentou a Lei 10.431 e
155 a RA 11050. O conselheiro Celestino sugeriu que se tenha um espaço para discussão do Decreto nº
156 11.235. Passou para apreciação das Atas da 4ª Extraordinária e 322ª aprovadas com alterações na
157 Ata da 322ª. O conselheiro Celestino parabenizou a liderança da Secretaria Executiva e lamentou a
158 falta de participação do governo durante o Seminário, principalmente a representação da Secretaria
159 de Infra Estrutura - SEINFRA, bem como a falta de divulgação sobre o evento considerando sua
160 relevância. O conselheiro Fernando Oliveira foi solidário aos comentários do conselheiro Celestino e
161 disse que a falta de comunicação por parte do Governo parecia fazer pouco caso com relação à
162 representatividade do Conselho; disse que as deliberações geradas pelo Colegiado não chegam à
163 imprensa oficial; propôs que se fizesse uma nota a AGECOM para informar a existência do Conselho
164 considerado de fundamental importância para as políticas do Estado da Bahia. O conselheiro Manoel
165 Adeodato externou a falta do Governador na abertura do evento. Passou para o Relato de Processos
166 Adiados: Processo nº 2008-003478/TEC/LL-0050, Invisa Internacional Hotéis Ltda, Termo de
167 Referência para elaboração de EIA/RIMA para Licença de Localização, conselheiro relator Aurinézio
168 Calheira apresentou votou favorável. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. A conselheira
169 Letícia Nobre sugeriu alterar o item sobre a definição da análise de aceitação da saúde para melhorar
170 a redação; propôs que esse item fosse utilizado de forma padrão. O conselheiro Aurinézio Calheira
171 solicitou que na próxima reunião apresentasse os principais pontos do Regimento e algumas questões
172 referentes ao Decreto nº 11.235 de 10/10/2008. A conselheira Isabel Ligeiro solicitou que houvesse a
173 participação do Conselho Gestor da APA Litoral Norte na construção do Termo de Referência - TR. Em
174 seguida foi dada a palavra ao representante da empresa que informou que foram realizadas três
175 audiências públicas com oficinas preparatórias para as comunidades da região, bem como discutido
176 com o Conselho Gestor da APA. Após esclarecimentos o TR foi aprovado com as recomendações da
177 conselheira Letícia Nobre. O conselheiro Mattedi registrou que a Secretaria Executiva formalizará ao
178 IMA sobre a repetida sugestão da conselheira Letícia para alterar o item sobre saúde. Os Processos
179 nºs 2007-006655/TEC/AIIN-0062, Antônio Almeida Gonçalves e 2007-007053/AIIN-0080,
180 conselheiros relatores Pablo Villanueva e João Lopes respectivamente, foram convertidos em
181 diligência para realizarem visita ao local. Processo Diligenciado nº 2007-007266/TEC/LL-0069, LLC –
182 Taguaiba Incorporações e Participações Ltda, Termo de Referência para elaboração de EIA/RIMA,
183 conselheiro relator Pablo Villanueva cujo voto foi apresentado pela conselheira Isabel Ligeiro por
184 motivos de sua ausência naquele momento, considerando as questões apontadas pelo Conselho
185 Gestor da APA Itacaré-Serra Grande, bem como as recomendações registradas pela conselheira
186 Letícia Nobre sobre avaliação da situação de saúde; fez observações sobre o item que falava sobre

187 avaliação do impacto ambiental do empreendimento, a saber: programa dos trabalhadores sobre as
188 questões de proteção a saúde durante as atividades; registrou que com referência ao programa de
189 comunicação social deve ser acrescentado o envolvimento também dos órgãos ambientais e saúde.
190 O conselheiro Mattedi colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Passou para os Processos
191 novos aprovados *sob rito sumário*: Processos nºs 2007-004971/TEC/AIMU-0221, Reginaldo Lopes,
192 conselheiro relator Josemário Martins; 2007-001908/TEC/AIMU-0089, Companhia de Cimentos do
193 Brasil, conselheiro relator Marcelo Miranda; 2008-004137/TEC/LI-0021, conselheiro relator Irundi
194 Edelweiss; 2008-011880/TEC/LL-0097, conselheiro relator Laelson Dourado e 2008-012501/TEC/LL-
195 0100, conselheira relatora Letícia Nobre, CODEVASF (*Ad Referendum*) todos aprovados por
196 unanimidade. Processo nº 2007-004528/TEC/LL-0045, Incorplan Incorporações Ltda, conselheiro
197 relator Kennedy Tavares que apresentou voto favorável com alterações destacando as questões
198 referentes ao programa de educação aos trabalhadores. O conselheiro Mattedi colocou em discussão.
199 A conselheira Letícia Nobre fez algumas colocações e sugestões de acréscimo com relação à educação
200 dos trabalhadores. Processo nº 2008-007350/TEC/LL-0064, Termelétrica Itapebi - Sapeaçu I, Termo
201 de Referência para elaboração de EIA/RIMA, para Licença de Localização, conselheiro relator Sergio
202 Bastos apresentou voto favorável. Processo nº 2008-007347/TEC/LL-0063, Termelétrica Monte
203 Pascoal - Sapeaçu II, Termo de Referência para elaboração de EIA/RIMA, conselheiro relator
204 Fernando Oliveira solicitou adiamento justificando tempo insuficiente para sua relatoria. Os processos
205 nºs 2008-007350/TEC/LL-0064, Termelétrica Itapebi, 2008-010522/TEC/LL-0090, Bahia Mineração e
206 2008-015190/TEC/LL-00118, Secretaria da Saúde - SESAB, tiveram pedido de destaque. O
207 conselheiro Ricardo Montagna pediu vistas ao Processo 2008-007350/TEC/LL-0064, Termelétrica
208 Itapebi - Sapeaçu I. Foi definido que após a aprovação do Termo de Referência do EIA/RIMA para
209 Licença de Localização, posteriormente a Licença será submetida ao Conselho. O conselheiro Marcelo
210 Miranda sugeriu que modificasse a denominação do tipo do processo para Termo de Referência para
211 elaboração de EIA/RIMA. Dado a aproximação do horário de encerramento das atividades naquele
212 local que estabelecia a duração da reunião até as 17 horas, o conselheiro Mattedi propôs a suspensão
213 da sessão e houve um consenso de todos, para que a reunião pudesse dar continuidade a apreciação
214 dos processos em pauta, na próxima sexta-feira, dia sete de novembro, às 09h00, na sala de
215 reuniões da SEMA. O conselheiro Josemário Martins solicitou que mantivesse o pedido de destaque
216 aos processos referentes aos itens 4.3.9 e 4.3.10. A sessão foi encerrada às 17h00. No dia 7 de
217 novembro de 2008, na sala de reuniões da SEMA, foi realizada a continuação dessa reunião com as
218 presenças dos conselheiros: Elbamair Conceição Matos representante da Associação Amigos do
219 Engenho - AAMEN; João Lopes de Araújo representante da AIBA; Josemário Martins da Silva
220 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré; Kennedy Tavares representante da
221 Fundação Terra Mirim; José Roberto Celestino representante do Sindicato de Nacional das Empresas
222 de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO; José Roberto Caldas representante da entidade
223 ambientalista PROMAR; Laelson Dourado representante da Secretaria da Indústria, Comércio e
224 Mineração - SICM; Letícia Nobre representante da Secretaria da Saúde; Luis Ricardo Montagna
225 representante da Associação Cultura Arte e Ecologia - ASCAE; Luiz Fernando Galvão representante
226 da SINDIBRITA; Pablo Villanueva representante da entidade ambientalista Rosa dos Ventos; Marcelo
227 Miranda representante da Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado da Bahia -
228 APEFEBA; Foi solicitada a inversão de pauta para apreciar o Processo nº 2008-015190/TEC/LL-0118,
229 da Secretaria de Saúde - SESAB (Hospital do Subúrbio), que teve *Ad Referendum* concedido para
230 Licença de Localização, conselheiro relator Roberto Celestino que apresentou voto favorável a
231 concessão da licença e solicitou a criação de uma Comissão de Acompanhamento da implantação ao
232 empreendimento e que na próxima reunião sejam apresentadas a esse conselho o andamento das
233 solicitações contidas no parecer técnico do Instituto do Meio Ambiente - IMA. O conselheiro Mattedi
234 colocou em discussão. Silvio Orrico fez algumas complementações referentes à estrutura da área a
235 ser construída. O conselheiro Jorge Solla destacou que era a primeira vez que um projeto de
236 construção de uma unidade hospitalar estava cumprindo a toda uma Legislação em todas suas
237 dimensões; registrou que será o segundo maior Hospital público em termo de área construída;
238 destacou que a escolha do local visou atender a população dos bairros do entorno da BR-324, tais
239 como: Águas Claras, Valéria, São Caetano, Pirajá, bem como da população da Região Metropolitana e
240 de outras Cidades do interior, de fácil acesso. A conselheira Elbamair Matos solicitou esclarecimentos
241 sobre o estudo de impacto de vizinhança. O conselheiro Roberto Celestino registrou que um dos
242 principais acessos ao Hospital será a estrada da Base Naval e o sistema viário daquela região será
243 adequado. Silvio Orrico explicou que os estudos preliminares elaborados e apresentados referiam-se
244 à modificação que acontecerá na vizinhança da região; disse que amobibilidade para o Hospital e
245 impactos positivos ou negativos a vizinhança não decidem pela localização e esses foram
246 condicionados para a Licença de Operação. Passou a palavra ao Gestor da APA Bacia do Cobre São
247 Bartolomeu área a qual será localizado o empreendimento. O Sr. Humberto Chagas (Gestor da APA)
248 falou sobre o estudo e os trabalhos que foram realizados com a comunidade local, bem como sobre
249 os impactos causados; ressaltou a necessidade de um estudo geofísico; solicitou apoio das entidades

250 ambientalistas. O conselheiro Josemário Martins sugeriu que fosse agregada a questão da mão-de-
251 obra local. O conselheiro Iglesias Brasil sugeriu que fosse adotado como condicionante a plantação e
252 recuperação da área com espécies de vegetação local não inviabilizando a utilização de espécies
253 exóticas, mas priorizando as espécies da mata atlântica, bem como a possibilidade de um espaço a
254 ser reservado juntamente com IBAMA para construção de um Hospital Veterinário para animais da
255 mata atlântica. A conselheira Elbamair Matos questionou porque a APA Bacia do Cobre não possuía
256 Zoneamento. O conselheiro Pablo Villanueva sugeriu que fosse feito um Plano de Manejo e seu
257 respectivo zoneamento. O conselheiro Mattedi informou que essa APA estava incluída no Programa de
258 Desenvolvimento Ambiental – PDA e que o Estado estaria assinando um convênio com o Banco
259 Interamericano – BID no valor de 16,7 milhões de dólares para fortalecimento institucional da SEMA e
260 para recuperação da degradação dos mananciais da Região Metropolitana e do abastecimento de
261 Salvador; nesse caso o Plano de Manejo já estava previsto. O conselheiro José Roberto comentou que
262 o CEPRAM deverá buscar uma forma legal de apoiar o Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre. O
263 conselheiro Mattedi propôs uma apresentação dessa APA ao Conselho. O conselheiro Mattedi
264 parabenizou o IMA, o Conselho Gestor da APA e os representantes da SESAB pela agilidade e
265 presteza pelos trabalhos realizados, para que esse processo fosse revertido para questão ambiental e
266 social. Por fim, o conselheiro Mattedi ratificou que a Licença foi aprovada respeitando as
267 condicionantes; foi proposta a criação de uma Comissão de Acompanhamento, foi sugerido
268 transformar essa Licença em Licença de Implantação e Avocar a Licença de Operação a ser
269 submetida ao Conselho, bem como a apresentar um cronograma das condicionantes em andamento,
270 para que o Conselho possa subsidiar a orientação da Comissão, também a recuperação da área
271 degradada que não será construída e aproveitar a mão-de-obra da região local; o conselheiro Mattedi
272 colocou em votação. A conselheira Elbamair pediu vistas ao processo e ao mesmo tempo um
273 intervalo para discutir o assunto com os demais pares. Foi decidida a criação de uma Comissão para
274 acompanhamento do projeto de construção do Hospital do Subúrbio e a indicação da conselheira
275 Elbamair como membro integrante dessa Comissão. Após, o conselheiro Ricardo Montagna
276 manifestou as recomendações quanto à questão de realizar o Zoneamento da referida APA; reiterou a
277 Avocação da Licença de Operação e o pedido de vistas foi retirado. O conselheiro Mattedi declarou
278 aprovada a Licença de Implantação. Passou a palavra a Sra. Elizabete Wagner que registrou que o
279 IMA estava recebendo várias queixas do Ministério Público exigindo que o IMA licencie os
280 empreendimentos que estão de posse da Prefeitura Municipal de Salvador, bem como manifestações
281 do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAN solicitando reuniões com objetivo de colocar as
282 dificuldades desse Conselho de se reunir para avaliar qualquer tipo de processo; sugeriu que quando
283 fosse realizada a apresentação da APA Bacia do Cobre convidasse a SEDUR por saber que detém uma
284 série de projetos para região que poderá ser complementado e aproveitado na oportunidade. Passou
285 para o Processo nº 2008-007350/TEC/LL-0064, Termelétrica Itapebi – Sapeaçu I, Termo de
286 Referência para elaboração de EIA/RIMA, para Licença de Localização, conselheiro relator Sergio
287 Bastos com vista temporária do conselheiro Ricardo Montagna que registrou que estava de acordo
288 com o voto do relator. Processo nº 2008-007347/TEC/LL-0063, Termelétrica Monte Pascoal –
289 Sapeaçu II, Termo de Referência para elaboração de EIA/RIMA, para Licença de Localização,
290 conselheiro relator Fernando Oliveira apresentou seu voto favorável com acréscimo de condicionantes
291 e recomendou que o empreendedor promovesse reunião envolvendo o Ministério Público Estadual e
292 Federal, o município de Eunápolis, autoridades do setor elétrico (NOS, ANEEL, EPE) ambientais e
293 outras, para prestar esclarecimentos a respeito da transferência da UTE de Eunápolis para Sapeaçu,
294 para conferir maior transparência a esse processo, bem como chamou a atenção do Colegiado para
295 recomendação do IMA, para que este Conselho realize uma análise ambiental estratégica do setor
296 energético no Estado da Bahia. Passou a palavra a Sra. Isaura representante da empresa que
297 esclareceu que a MULTNER SOCIEDADE ANÔNIMA fez uma aquisição de uma empresa que lhe passou
298 alguns direitos, e após uma solicitação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS alocou dentro
299 da questão funcional a nova empresa para a região de Sapeaçu; disse que a questão do município de
300 Eunápolis será submetida à direção da MULTNER para saber quais os processos de aquisição e os
301 motivos que levou a MULTNER optar por outro licenciamento; afirmou que a MULTNER não era a
302 SOUTH BAHIA. Elizabeth Wagner ressaltou a importância do papel do CEPRAM e a necessidade de se
303 definir o caminho energético que a Bahia seguirá; registrou que quanto ao processo de realização das
304 audiências públicas estão sendo feitas oficinas preparatórias, prática que está sendo adotada em
305 vários processos licenciados pelo IMA. O conselheiro Mattedi registrou que o Conselho estará
306 discutindo sobre matriz energética na próxima etapa do Seminário Governança para Sustentabilidade
307 e a forma de influência na esfera Federal que define o tipo de Leilão. O conselheiro Iglesias Brasil
308 solicitou informações sobre os procedimentos para a prática de Leilão. O conselheiro Fernando
309 Oliveira reforçou a necessidade de retomada dos trabalhos do Grupo de Trabalho referente às
310 questões de Termelétrica com a participação de representante de órgãos a exemplo da ANEEL, ONS
311 ou ANP. O conselheiro Josemário Martins recomendou que a Secretaria Executiva solicitasse
312 informações da ANEEL sobre as concessões de Licenças concedidas às empresas South Bahia e as

demais. O conselheiro Mattedi colocou em votação e todos concordaram com a aprovação do TR. Passou para o Processo nº 2008-010522/TEC/LL-0090, Bahia Mineração Ltda, Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA para Licença de Localização, conselheira relatora Ana Maria que apresentou voto favorável ressaltando que depois de concluído os estudos sejam submetidos à apreciação deste Conselho. A conselheira Letícia Nobre propôs que constasse no TR uma avaliação da possível interferência de impactos de duas Minerações funcionando em um mesmo município, bem como a questão da dinâmica do curso de água, movimentação de transportes e a recomendação do item relacionado à saúde; disse que em específico nesse TR tratava-se de complementar a redação principalmente a saúde de natureza ocupacional. O conselheiro Josemário Martins sugeriu que fosse acrescentado ao TR "Estudo de compensação social na área de recursos hídricos para as populações ao longo da adutora de malhada a Caetitê; estudo para disposição final do resíduo líquido e sólido gerados pelo Complexo Minerário Pedra de Ferro". O conselheiro Mattedi colocou em votação e todos concordaram pela aprovação. Sem mais nada a ser discutido a sessão foi encerrada às 13h30. Eu, Eliuda Soares Costa dos Santos lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais integrantes deste Conselho.

Presentes:

Membros CEPRAM:

Eduardo Mattedi Werneck – Secretário Executivo
Ana Maria de Lima Santos – SEINFRA
Aurinézio Calheira - COFIC
Elbamair Matos – AAMEN
Erisvaldo Melo – Fundação Terra Viva
Fernando Oliveira - FETAG
Iglesias Cabalero - IAMBÁ
Irundi Edelweiss - FIEB
Isabel Ligeiro – IDEIA
João Lopes – AIBA
Jorge Solla - SESAB
José Roberto Celestino - SINAENCO
Josemário Martins – S.T.Itacaré
Kennedy Tavares – Fundação Terra Mirim
Laelson Dourado – SICM
Letícia Nobre – SESAB
Luiz Galvão - FIEB
Luiz Ricardo Montagna – ASCAE
Manoel Adeodato – S.T.R. Ibicoara
Marcelo Miranda – APEFEBA
Pablo Villanueva – Rosa dos Ventos
Sergio Bastos - COFIC
Silvana Nunes da Costa – SEAGRI

Membros CONERH:

Júlio Rocha – Secretário Executivo
Alberto Nunes Vaz da Silva - PROCIA
Antônio Alberto Machado Valença - SEPLAN
Antonio Olavo Fraga Lima - SEDUR
Ary da Mata e Souza - ANAMMA
Evilásio da Silva Fraga - Agropolo Morro do Sobrado
Ita de Cácia Aguiar Cunha - SESAB
Leib Carteados dos Santos – INGÁ
Leila Márcia Souza Oliveira - Bahia Florestal
Lorene Louise Silva Pinto - SESAB
Luis Mário Gentil - CREA/BA
Luiz Fernando Galvão de Almeida – Pedreiras Valéria
Mário Reis Mendonça - FIEB
Paulo Pontes da Silva - SECTI
Sérgio Almeida Bastos - COFIC
Willys Nunes - Fundo de Pasto Canaã

Secretaria Executiva/SEMA/SPS

Kitty Tavares, Eliuda Soares, Jader Silva, Juliana Freitas.

Secretaria Executiva/SEMA/INGÁ

Julia Assis

IMA: Elisabeth Wagner; Silvio Orrico